

O autor, além de apresentar um diagrama (p. 75) dessas operações, detalha cada uma delas e exemplifica as estratégias, muitas vezes, utilizando textos orais retextualizados. Ao entrar em contato com esses exemplos, o leitor perceberá a importância do modelo e a relevância do tratamento teórico dado pelo autor em diversos campos: na pesquisa acadêmica (etnologia, lingüística etc.), jornalismo, direito etc.

Para o campo do ensino de língua materna, esse combate à dicotomia é mais do que oportuno. A escola brasileira, em sua absurda fidelidade a um modelo lusófono de ensino de língua materna, dá as costas às possibilidades da língua oral brasileira, ao conclamar a superioridade de uma certa fala culta tida como mais próxima da língua escrita dos grandes mestres, ou seja, ainda se escuda nessas dicotomias. Contra esse elitismo, o livro nos dá um contribuição crítica significativa ao ensino de língua materna.

Ampliar e sofisticar as relações entre fala e escrita, nos moldes dessas atividades de retextualização apresentadas no livro, são objetivos de pesquisa que caem como uma luva nesse complexo contexto contemporâneo em que, a cada dia, juntam-se novas profissões e atividades que deverão lidar cada vez mais com essas imbricações entre produção oral e escrita, sobretudo se levarmos em conta o amplo e interessante campo das comunicações, mediado por redes e tecnologias, o qual a obra recobre.

Claudemir Belintane

Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo
bntane@usp.br

EDUCAÇÃO E CULTURA: PENSANDO EM CIDADANIA

Maria Alice Resende Gonçalves (org.)
Rio de Janeiro: Edições Quartet, 1999, 148p.

A todo momento vemos referências nos vários *media* a respeito da violação de direitos e, pior,

da ignorância por parte daquele que tem seu direito violado, que pede desculpas por não cumprir seu “dever”. Essas situações lembram-nos de que estamos muito longe do exercício pleno da cidadania, quicá saibamos o que esta palavra significa.

Certamente, este não é um tema novo. Desde pelo menos as discussões entre liberais e socialistas do século XVII ele é atual. O que parece diferente é incluir a educação – que desde sempre pareceu pertencer ao campo do consenso – entre aqueles direitos de cidadania e, mais, que como tal deve ser conquistado, muitas vezes a duras penas.

Trabalhando este tema hoje, muitos têm considerado que o mundo atual, no qual antes do sujeito vem o consumidor e cujo principal caminho de desenvolvimento para os países tem sido o neoliberalismo, a educação constitui, senão a única, pelo menos a principal alternativa de manutenção da igualdade nas desigualdades. Esta é, por exemplo, a visão de Göran Therborn, que defende a educação como uma das únicas fontes, ao mesmo tempo, de resistência e participação no mundo global.

Educação e cultura insere-se exatamente nesse debate, mostrando a intersecção entre conquista de direitos, compreensão da cidadania e educação, principalmente dos que sempre foram considerados excluídos. Para isto, reúne um conjunto de artigos de professores preocupados com a questão no país. São profissionais oriundos das ciências humanas e que têm em comum a preocupação de educar para o exercício consciente dos direitos, objetivando a constituição e consolidação de um país democrático.

No artigo “Brasil, meu Brasil brasileiro: notas sobre a construção da identidade nacional”, a organizadora do livro, Maria Alice Rezende Gonçalves, discute o mito de fundação do “ser brasileiro” utilizando, para isto, as teorias de Anderson e Hobsbawm, segundo as quais pensar em nacionalidade é pensar em uma invenção. No Brasil, diz a autora, a história da sociedade, forjada a partir da Independência, em 1822, confunde-se com o paradigma das três raças, segundo o qual ser

brasileiro é ser uma “mistura”, um “composto químico” a partir da fusão dos seres “puros” branco, negro e índio. Conforme a autora, ao aparentemente nivelar as três raças, este mito-paradigma encobre o preconceito e as condições reais que constroem a sociedade, uma sociedade profundamente hierarquizada e desigual.

A partir dessa análise, e estabelecendo comparações com o mito-fundador da sociedade americana, a autora aponta para a instituição escolar como uma das grandes responsáveis não só pela manutenção do estatuto do mito-fundador, mas também pela sua reprodução, acompanhando esse processo por todo o século XX, mostrando o progresso do mito-fundador e sua relação com os vários projetos embutidos em muitos dos nossos movimentos socioculturais (como o Modernismo da Semana de 22). Afirma, assim, que mesmo negando formalmente (legalmente) a discriminação racial, a escola tem sido reprodutora desta desigualdade.

Se o texto é claro e didático ao apresentar como as sociedades constituem-se a partir de mitos, o mesmo não acontece ao expor as conclusões. Neste caso, Gonçalves aparta-se da questão inicial, da construção da identidade nacional e da contribuição da escola para tanto, e divaga a respeito da desigualdade social sem, no entanto, apresentar dados que permitam compreender a relação entre os três fatores. E mais, apresenta uma nova questão que em nada lembra os objetivos iniciais do artigo: “qual o futuro do Estado-Nação num mundo globalizado?” (p. 37).

Diferente da discussão do mito-fundador, mas tratando igualmente do problema racial, Ahyas Siss focaliza em “A educação e os afro-brasileiros: algumas considerações”, a democracia racial a partir da educação como vetor de ascensão social dos negros no Brasil. A despeito de experiências datadas do início do século, o autor avalia que a educação somente é apropriada pelos negros como espaço de reconhecimento e construção de uma identidade cultural própria a partir da década de 70 e, mesmo assim, a escola continua a ser o local no qual os negros recebem “a maior

carga de branqueamento”. Portanto, mesmo reconhecendo o progresso, avalia-se no artigo que ainda é preciso construir a democracia racial, que por ora é apenas um discurso, mas não uma experiência de todos os cidadãos, tanto é que as estatísticas continuam a mostrar que são os negros os grandes excluídos do sistema educacional. Não basta, ensina, pregar o multiculturalismo e a diversidade. É preciso formar os educadores com base em valores novos, que levem ao respeito das diferenças.

Em “Cidadania: uma trajetória de longo curso”, Cláudio de Carvalho Silveira propõe-se a discutir a relação entre política (realização da cidadania) e educação (vetor de construção da cidadania). Ao estabelecer um objetivo tão largo, o autor não descuida de informar que seu texto tem apenas um caráter introdutório. Silveira passa, então, a avaliar como a política se apropriou da educação, como foram, ao longo da história, construindo-se políticas públicas que respondiam às necessidades de cada modo de produção.

Ao analisar a questão para o Brasil, Silveira mostra que aqui se destrói o mito da sociedade moderna, aquele segundo o qual a educação é mecanismo de acesso ao mundo do trabalho. Pelo contrário, a educação, tomada como política pública, é apropriada de modo desigual pelas classes sociais, desvinculando, assim, identidade de cidadania. Isso porque, ainda que o Estado tenha promovido a extensão do ensino público para todas as camadas sociais, o fez segundo interesses das elites, privilegiando e subsidiando a escola privada.

Embora a análise pareça pessimista, passando em revista as discussões recentes, principalmente aquelas em torno da Lei de Diretrizes e Bases e dos Parâmetros Curriculares, o autor aponta para o grau de tolerância às diferenças e estímulo à pluralidade presente nesses códigos, o que oferece uma luz para que a cidadania seja cada vez mais o exercício do dever e direito de exigir transparência e cobrar eficiência daqueles que decidem sobre as políticas públicas a serem adotadas.

Baseando-se em uma pesquisa empírica, Maria de Lourdes Tura discute a experiência de uma escola pública de periferia com a diversidade cultural. O artigo aponta, seguindo de perto uma tradição inaugurada por Durkheim, que para realizar o processo de escolarização em massa, necessário à reprodução do sistema capitalista, tudo na escola, desde a disposição do mobiliário até a formulação dos currículos, é pensado para “criar consensos e homogeneizar ritmos” (p. 98) e, assim, a simples idéia do diverso, do diferente é abolida deste espaço de convivência.

Para romper o isolamento em que vive a escola, e até porque a lei exige que o diverso seja parte da educação formal, é preciso que a escola se abra para a comunidade, que deixe de se preocupar apenas com o aprendizado (adestramento?) do educando e passe a encará-lo como um ser completo. Porém, a despeito de conhecer o caminho, a experiência cotidiana das escolas continua a ser a de negar o diverso e educar de forma homogênea.

Interessante observar que esta é a forma de igualdade encontrada pelos educadores. Isto é, a escola real confunde homogeneização com igualdade de tratamento e por isso é muito difícil construir uma educação multicultural. O caminho, reforça a autora, existe e é conhecido: educar a partir da experiência do aluno, dos valores e práticas da comunidade.

Embora o texto não focalize os problemas que envolvem a educação formal como, por exemplo, a repetência e o abandono, é possível, a partir dos próprios dados apresentados, verificar que essa escola que constrói o “cidadão” homogêneo, em nome da identidade nacional, é a responsável pelo fracasso escolar que aumenta a cada dia. Assim, aproximar-se da comunidade parece ser a única alternativa para salvar a própria educação.

Como indica o próprio título, e desviando-se do tema central do livro, Maria do Carmo Maccariello argumenta, em “Educação ambiental e cidadania”, que tomar o meio ambiente não só como objeto de nossas ações, mas como tema

escolar, pode contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas e ajudar na construção de um cidadão renovado. A despeito da indiscutível relevância e da preocupação mundial com o tema – conforme são exemplos as diversas conferências internacionais inauguradas com a ECO-Rio-92 –, a educação ambiental ainda não ganhou espaço nas escolas, mormente nas públicas, e tem sido encaminhada pelas organizações não governamentais.

A “escola renovada”, isto é, aquele espaço de educação que se destina, em primeiro lugar, a criar cidadãos conscientes, precisa superar essa deficiência da educação tradicional adotando conteúdos curriculares que tenham aporte na realidade social na qual a escola está inserida. Dessa forma, em primeiro plano, deve figurar a educação ambiental, pois só assim os cidadãos de amanhã terão um futuro promissor.

Para completar o artigo, a autora fornece um exemplo empírico da importância da educação ambiental para a qualidade de vida desta e das futuras gerações. Trata-se de um estudo sobre o impacto da industrialização na região do Médio Paraíba (Rio de Janeiro) e da relação entre esta e o atendimento escolar da população. A conclusão da autora é que o sistema de ensino e sua distribuição conforme adotado na região está profundamente relacionado com o modelo de desenvolvimento industrial, não prevendo alternativas nem para a formação de mão-de-obra e nem para solucionar os problemas ambientais gerados a partir da concentração de indústrias na região.

No que talvez seja o mais interessante artigo do livro, Marco Silva apresenta o conceito de interatividade. A sua prática é vista como fundamental para transformar a relação de ensino-aprendizagem dentro da sala de aula, pois representa uma nova forma de comunicação, não mais concebendo o ato de aprender como transmissão de conhecimento ou informação de um emissor para um receptor, mas entendendo conhecimento como uma construção que se efetua como co-criação.

Silva apresenta a própria construção de significado de interatividade como algo histórico que

somente se coloca na “pós-modernidade” e que nasce *pari passu* com as tecnologias informáticas e virtuais. De fato, apesar da aparência de passividade representada pelo trabalho informacional, as novas tecnologias dependem da interação com o usuário, deixando este de ser um simples consumidor de algo para ser também “co-autor”, “conceptor” do produto ou projeto.

Levar a interatividade para a sala de aula, vivenciá-la em cada momento do aprendizado é o desafio para esta época de crise da educação. Cabe ao professor compreender que seu novo papel é encarar este desafio, criando, junto com os alunos e a comunidade, uma nova escola, em que a participação em sala de aula signifique não mais realizar a comunicação como emissão-recepção, mas como interação. Somente assim a escola acompanhará o novo mundo, este que está pedindo uma nova forma de pensamento.

Como é corrente, no conjunto do livro há diversas lacunas que poderiam ser mencionadas, como temas não analisados e avaliações de outros de forma apressada. Um exemplo é apresentação das pesquisas empíricas, que deixam o leitor em suspenso, pois o espaço parece pequeno para explicar o que de fato foi feito. Também os resultados parecem não corresponder ao tema proposto nos artigos, dando-nos a impressão de um certo descolamento entre realidade e análise. Do ponto de vista formal, o leitor sofre também com a falta de uma revisão mais detalhada dos artigos, o que os deixa muitas vezes repetitivos e contendo expressões muito coloquiais para o texto

escrito – o que, por outro lado, facilita a leitura do público em geral, diferente do comum hermetismo que define os textos acadêmicos.

Talvez a principal característica do livro seja o otimismo que perpassa todos os artigos. Diferentemente do que se costuma ver nas análises sobre educação brasileira, neste volume os autores têm em comum a visão de que, embora a educação, principalmente pública, esteja longe de corresponder ao papel que lhe cabe em uma sociedade com pretensões democráticas e esteja mesmo mergulhada em uma crise profunda, há alternativas. Elas podem redundar em uma grande reforma no ensino que inevitavelmente leva a um modelo de escola que formará cidadãos para o exercício consciente da democracia, não só política, mas principalmente social.

O livro traça um perfil bastante completo e, o mais importante, acessível, sobre a relação entre cidadania e educação. As diferentes abordagens – política, pedagógica, sociológica, antropológica – convivem harmoniosamente para mostrar o quanto caminhamos e ainda falta caminhar na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Suzeley Kalil Mathias

Faculdade de História da Universidade
Estadual Paulista – Franca
Núcleo de Estudos Estratégicos da
Universidade de Campinas
suze@obelix.unicamp.br